



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e
Documentação
Departamento de Economia

HEITOR DE OLIVEIRA ALVES

**Novo-desenvolvimentismo e Sócio-desenvolvimentismo:
Sustentabilidade do crescimento?**

Brasília

2013

HEITOR DE OLIVEIRA ALVES

**Novo-desenvolvimentismo e Sócio-desenvolvimentismo:
Sustentabilidade do crescimento**

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas. Orientador: Prof. Dr. José Luís da Costa Oreiro.

Brasília

2013

Alves, Heitor de Oliveira.

Novo-desenvolvimentismo e Sócio-desenvolvimentismo:
sustentabilidade do crescimento? / Heitor de Oliveira Alves – 2013.
56 f. : XX cm.

Orientador: José Luís da Costa Oreiro.

Monografia – Universidade de Brasília, Faculdade de Economia,
Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação,
Departamento de Economia, Bacharelado em Ciências Econômicas, 2013.

1. Desenvolvimentismo. 2. Macroeconomia estruturalista do
desenvolvimento. 3. Sustentabilidade do crescimento no longo prazo. I.
Oreiro, José Luís da Costa. II. Universidade de Brasília. Bacharelado em
Economia. III. Novo-desenvolvimentismo e Sócio-desenvolvimentismo:
sustentabilidade do crescimento.

HEITOR DE OLIVEIRA ALVES

**Novo-desenvolvimentismo e Sócio-desenvolvimentismo:
Sustentabilidade do crescimento?**

A comissão examinadora, abaixo identificada, aprova a monografia apresentada ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas

Doutor, José Luís da Costa Oreiro
Professor – Orientador

Doutora, Andrea Felipe Cabello
Professora-Examinadora

Brasília, 19 de julho de 2013

Agradecimentos

Agradeço à minha família por sempre estar presente e por sempre me conceder bons conselhos, sem os quais eu não chegaria neste momento. Aos amigos, pelo companheirismo e experiência de vida. Ao professor-orientador Oreiro, que fez importantes sugestões a este trabalho. Ao departamento de economia e sua impressionante eficiência ao longo desses anos.

Resumo

Duas novas interpretações do desenvolvimentismo passam a ser debatidas como estratégias econômicas para o Brasil em substituição a corrente neoliberal. O Novo Desenvolvimentismo e o Sócio Desenvolvimentismo são estratégias de desenvolvimento com diversas propostas, mas se diferem, principalmente, pela ênfase no fator responsável por dinamizar o crescimento da economia. No caso, o primeiro defende que dinâmica dar-se-á pela demanda externa, enquanto o segundo, pela demanda interna. Dessa forma, o trabalho procura apresentar as duas estratégias, com a finalidade de analisar se as dinâmicas de crescimento propostas são sustentáveis no longo prazo.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. Sustentabilidade do crescimento no longo prazo.

Abstract

Two new interpretations about developmentalism begin to be discussed as an economic strategies for Brazil in replacementto the neoliberal thought. The New Developmentalism and Socio Developmentalism are development strategies with many proposals, but differ primarily by the emphasis on the factor responsible for boosting economic growth. In this case, the first argues that dynamic works through foreign demand, while the second, by domestic demand. Thus, the work seeks to present the two strategies, in order to examine whetherthe growth dynamics are sustainable in the long term.

Keywords: Development. Structuralist Development Macroeconomics. Sustainable growth in the long run.

Sumário

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 13 |
| 2 | A MACROECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO E O NOVO-DESENVOLVIMENTISMO..... | 16 |
| | <i>2.1 Desenvolvimento puxado pela demanda.....</i> | <i>17</i> |
| | <i>2.2 Endogenidade dos fatores.....</i> | <i>18</i> |
| | 2.2.1 Disponibilidade de meios de produção..... | 18 |
| | 2.2.2 Disponibilidade de financiamento..... | 19 |
| | 2.2.3 Disponibilidade de trabalho..... | 20 |
| | 2.2.4 Progresso tecnológico..... | 20 |
| | 2.2.5 Endogenidade do crescimento econômico de longo prazo..... | 21 |
| | <i>2.3 Restrições ao crescimento.....</i> | <i>22</i> |
| | 2.3.1 A restrição externa..... | 22 |
| | 2.3.2 Restrição de capacidade produtiva e distribuição de renda..... | 26 |
| | 2.3.3 Doença Holandesa e influxos excessivos de capital: Tendência a sobreapreciação da taxa de câmbio 29 | |
| | <i>2.4 Modelo de crescimento keynesiano-estruturalista.....</i> | <i>31</i> |
| | <i>2.5 Estratégia de desenvolvimento Novo-desenvolvimentista.....</i> | <i>33</i> |
| 3 | A CRÍTICA DA “ESQUERDA” AO NOVO-DESENVOLVIMENTISMO: SÓCIO-DESENVOLVIMENTISMO | 36 |
| | <i>3.1 Dinâmica de crescimento.....</i> | <i>37</i> |
| | 3.1.1 Consumo de massa: Ciclo de crescimento e políticas macroeconômicas..... | 38 |
| | 3.1.2 Consumo de massa: Gasto social e redistribuição de renda..... | 39 |
| | 3.1.3 Diversificação setorial..... | 39 |
| | <i>3.2 Restrições ao crescimento.....</i> | <i>41</i> |
| | 3.2.1 Inovação tecnológica..... | 41 |
| | 3.2.2 Financiamento de longo prazo..... | 42 |
| | <i>3.3 Política social e desenvolvimento econômico.....</i> | <i>43</i> |
| 4 | UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS ESTRATÉGIAS NOVO E SÓCIO-DESENVOLVIMENTISTA..... | 45 |
| | <i>4.1 O regime ideal de política macroeconômica.....</i> | <i>45</i> |
| | 4.1.1 Política Externa..... | 46 |
| | 4.1.2 Política Industrial..... | 46 |
| | 4.1.3 Sistema Financeiro..... | 46 |

| | | |
|-------|--|-----------|
| 4.1.4 | Política Salarial..... | 47 |
| 4.1.5 | Política Monetária | 47 |
| 4.1.6 | Política Fiscal | 48 |
| 4.1.7 | Política Cambial..... | 49 |
| 4.2 | <i>Consistência do regime macroeconômico.....</i> | <i>49</i> |
| 4.2.1 | Novo-desenvolvimentismo | 49 |
| 4.2.2 | Sócio-desenvolvimentismo | 51 |
| 4.3 | <i>Sustentabilidade do crescimento no longo prazo.....</i> | <i>52</i> |
| 4.3.1 | Novo-desenvolvimentismo | 52 |
| 4.3.2 | Sócio-desenvolvimentismo | 53 |
| 5 | Conclusão..... | 56 |
| | Referências bibliográficas | 58 |

1 INTRODUÇÃO

As reformas institucionais associadas ao neoliberalismo e ao consenso de Washington, dominante desde os anos 90, não demoraram a demonstrar maus resultados. Primeiro no México (1994), no Brasil (1998), na Argentina (2001), nos asiáticos em 1997 e, no ano seguinte, Rússia. O golpe final veio em 2008, com a crise financeira global, quando um dos principais pontos ortodoxos, a desregulamentação do setor financeiro, se revelou fatal para as principais economias que defendiam essa teoria.

No Brasil os efeitos negativos decorrentes das políticas neoliberais podem ser observados pela incapacidade de se iniciar um ciclo virtuoso de crescimento. Tal incapacidade impacta negativamente na elevação das taxas de variação real do PIB, colocando o Brasil em posição bastante inferior às taxas indianas e chinesas, por exemplo.

Alguns outros indicadores negativos podem ser observados, como maior déficit em conta corrente, altos diferenciais de juros, e forte especialização regressiva no setor industrial nas últimas duas décadas. Este último fator, principalmente, devido a apreciação cambial, que acaba por iniciar um processo de desindustrialização e reprimarização das exportações.

As políticas neoliberais, também, não foram capazes de melhorar substancialmente os indicadores sociais do país, o que deixa o Brasil aquém dos países desenvolvidos. Ou seja, a política social brasileira não foi capaz, até agora, de oferecer condições de bem-estar, nem oportunidades equânimes ao conjunto dos cidadãos do país.

Nesse contexto, é necessária a adoção de uma estratégia nacional que permita o desenvolvimento do país. Este que é entendido, em geral, como uma conjugação de diversos fatores: crescimento rápido e sustentado, transformação da estrutura econômica, avanço tecnológico, progresso institucional e melhoria dos indicadores sociais.

Dessa forma, pode-se definir estratégia como sendo a “visão” de para onde se quer levar a economia. De forma mais ampla, pode ser descrita como um conjunto de metas, instrumentos e responsabilidades explicitadas em um programa

plurianual de políticas públicas, que seja percebido pela sociedade como factível, legítimo e objeto do comprometimento governamental.

Assim, o Brasil necessita de uma estratégia nacional de desenvolvimento que leve o país a crescer a taxas mais robustas de forma sustentada, com equidade social e que leve o país a se igualar aos níveis de desenvolvimento de países de alta renda.

Diante do desafio de substituir as políticas neoliberais e alçar o país a níveis de desenvolvimento de primeiro mundo, foi apenas questão de tempo para que novas propostas e estratégias surgissem ou que antigos modelos voltassem à luz do debate econômico.

No presente estudo apresentar-se-á duas estratégias de crescimento que almejam mudanças estruturais, o novo-desenvolvimentismo e o sócio-desenvolvimentismo. Dessa forma, ao analisar os seus fundamentos teóricos, espera-se concluir qual delas permite um crescimento sustentado da economia no longo prazo.

Em outras palavras, o objetivo do trabalho é analisar se as estratégias citadas propõem uma forma de crescimento que irá se sustentar no longo prazo, de maneira que o Brasil entre em um ciclo virtuoso de crescimento.

Ressalta-se que, o novo-desenvolvimentismo defende uma economia voltada para o mercado externo, tendo seu motor de crescimento nas exportações, enquanto o sócio-desenvolvimentismo acredita que a dinâmica de crescimento deve ser puxada pelo mercado interno, principalmente pelo consumo de massa e pelo investimento público em infraestrutura.

Para que se faça essa análise, torna-se necessário verificar a consistência do regime macroeconômico proposto por cada estratégia, no caso, se ele é capaz de sustentar o crescimento no longo prazo.

Utiliza-se a hipótese que o crescimento será sustentável no longo prazo quando a natureza do crescimento proposto por cada estratégia for compatível com: i) o equilíbrio do balanço de pagamentos; ii) a utilização normal da capacidade produtiva; iii) a distribuição funcional da renda; e iv) a neutralização da tendência a sobreapreciação da taxa de câmbio.

Para atingir o objetivo, a consistência dos regimes macroeconômicos das estratégias será avaliada com base em um modelo de regime macroeconômico ideal a partir de uma perspectiva pós-keynesiana. O conceito de regime macroeconômico é, em parte, de natureza qualitativa, o que faz com que a análise da consistência desses regimes seja embasada na literatura especializada, de forma a possibilitar conclusões a cerca da sustentabilidade do crescimento no longo prazo. Em relação a este, a hipótese utilizada é de natureza keynesiana e kaldoriana, nos termos da macroeconomia estruturalista do desenvolvimento.

O presente trabalho está dividido em cinco capítulos. Após a introdução, apresentar-se-á a base teórica. Dessa forma, o segundo capítulo abordará a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento e o novo-desenvolvimentismo e o terceiro capítulo o sócio desenvolvimentismo.

O quarto capítulo procura verificar se os regimes macroeconômicos são consistentes e se o crescimento é sustentável no longo prazo. Por fim, o capítulo cinco faz uma breve conclusão.

2 A MACROECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO E O NOVO-DESENVOLVIMENTISMO

Após anos de resultados insatisfatórios das políticas de crescimento neoliberais no Brasil, por volta do ano 2000, se inicia um novo debate sobre os modelos keynesianos-estruturalista do desenvolvimento.

Observada no Brasil, no período de 1940 a 1980, a teoria estruturalista precisava ser adequada, frente à nova realidade que se impunha. A exemplo da globalização mundial, que foi fator preponderante do desenvolvimento brasileiro, da passagem pela revolução capitalista, da detenção de setor industrial diversificado, e de ser um país de renda média.

Denomina-se “macroeconomia estruturalista do desenvolvimento” o resultado do esforço em adicionar ao estruturalismo uma abordagem mais sistemática da macroeconomia do desenvolvimento, sendo a mesma definida nos seguintes termos:

Segundo (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2012, p. 2), [...] é a teoria econômica que explica o desenvolvimento econômico como um processo histórico de acumulação de capital com incorporação de progresso tecnológico e mudança estrutural no qual a acumulação depende da existência de oportunidades lucrativas de investimento proporcionadas por uma demanda sustentada.

Este capítulo tem o objetivo de apresentar o novo-desenvolvimentismo, que vem a ser uma estratégia nacional de crescimento e tem por fundamento teórico a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento.

O novo-desenvolvimentismo é definido como:

(OREIRO, 2012, p. 1), um conjunto de propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas, por meio da qual as nações buscam alcançar o nível de renda per capita dos países desenvolvidos, além de, compatibilizar crescimento econômico com equidade social.

Para alcançar o objetivo deste capítulo, primeiro apresentar-se-á o modelo keynesiano-estruturalista desenvolvido por Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2012), no qual se demonstra a taxa de crescimento no longo prazo de uma economia em desenvolvimento, levando em consideração os efeitos da taxa real de câmbio sobre

a elasticidade-renda das exportações e das importações e sobre a decisão de investimento em capital fixo. Argumenta-se, ainda, esses autores, que para o modelo, a verdadeira restrição ao crescimento advém da doença holandesa e do excessivo influxo de capital, que aprecia a taxa real de câmbio, impedindo que cumpra seu papel de equilibrar o balanço de pagamento e incentivo ao aumento da capacidade produtiva.

Por fim, a estratégia novo-desenvolvimentista será apresentada em breves pontos a seguir.

2.1 Desenvolvimento puxado pela demanda

O crescimento de economias industrializadas é puxado pela demanda, onde a disponibilidade de capital não é restrição de longo prazo ao crescimento da demanda. Isto implica adotar uma função de investimento em que este gasto é basicamente induzido pelo crescimento da demanda agregada (BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010).

Dessa forma, não é a poupança, que determina o investimento, este que determina aquela, com efeito, o crescimento no longo prazo da demanda agregada não depende da necessidade de poupança prévia ou da disponibilidade de recursos produtivos. Depende, somente, da existência de oportunidades de investimentos satisfatoriamente rentáveis e da possibilidade de obtenção de crédito no sistema financeiro.

Segundo (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2012, p. 3), the rate of creation of productive resources is determined by the rate of expansion of aggregate demand, more specifically, by the expansion of those components of aggregate demand that are autonomous in relation to the level and/or the change of output and income, since it is this expansion that creates opportunities for profitable investments and motivates the capitalists or entrepreneurs to invest.

O trecho destacado, além de afirmar a dependência das disponibilidades de fatores em relação ao nível de crescimento da demanda agregada, permite, ainda, inferir que em países de renda média e que já superaram a revolução industrial é a demanda agregada o determinante último da produção.

No caso, a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento elege as exportações como principal componente autônomo da demanda agregada, uma vez que essa proporciona aos empresários oportunidades lucrativas de investimento. Em outras palavras, é a taxa de crescimento do estoque de capital, dada a produtividade do capital, o fator que sustenta a dinâmica de crescimento da economia a longo prazo.

2.2 Endogenidade dos fatores

Em países de economias capitalistas industrializadas e de renda média, o crescimento seria puxado pela demanda agregada. Nicholas Kaldor foi o primeiro a iniciar a análise sobre a endogenidade dos fatores, à procura de entender se a disponibilidade de fatores que determina o nível da demanda, como proposto pela “Lei de Say”.

(OREIRO; NAKABASHI; SOUZA, 2010) afirmam que no longo prazo vale a “Lei de Say”, a oferta determina a demanda agregada, que por sua vez, só serve para explicar o grau de utilização da capacidade produtiva.

Entretanto, a premissa básica dos modelos de crescimento puxado pela demanda agregada é que os fatores de produção utilizados numa economia capitalista moderna são na verdade os próprios bens que são produzidos no sistema. Dessa forma, são os empresários que, ao visualizar possibilidades lucrativas de investimento, decidem por criar os fatores necessários para acompanhar a expansão da demanda agregada. Ou seja, a taxa de criação de recursos produtivos é determinada pela taxa de expansão da demanda agregada.

Os fatores de produção como estoque de capital, financiamento, força de trabalho e progresso tecnológico são todos variáveis endógenas e a taxa de criação destes, depende somente da taxa de crescimento da demanda agregada, como mostra-se a seguir.

2.2.1 Disponibilidade de meios de produção

Sabe-se que o estoque de capital presente é determinado pelo investimento em capital fixo passado, assim, a disponibilidade de meios de produção depende do

ritmo no qual os empresário desejam expandir o estoque de capital, ao contrario do que a “Lei de Say” pressupõe.

A possibilidade de investimento ocorre por meio da demanda agregada. À medida que essa cresce a taxas crescentes, maior será o investimento. Dessa forma, pode-se determinar duas condições necessárias para que a decisão do empresário seja em favor do investimento, a saber: i) o custo de oportunidade do capital, que é função da taxa de juros básica da economia; e ii) a expectativa a respeito do crescimento futuro da demanda por bens e serviços.

As duas condições demonstram que o empresário somente irá adaptar seu nível de investimento com a expectativa futura de demanda, se a taxa esperada de retorno do capital for maior do que o custo do capital e se houver confiança nas expectativas de longo prazo.

Ou seja, o modelo de crescimento puxado pela demanda agregada ao propor que os meios de produção utilizados são produzidos pelo sistema, submete a oferta de meios de produção a oportunidades lucrativas, que são oriundas da exportação de bens. Dessa forma, passa a ser decisão do empresário aumentar o nível de estoque de capital necessário para suprir a produção de bens nacionais, ora requisitado pela demanda externa.

2.2.2 Disponibilidade de financiamento

Foi dito que a poupança não determina o investimento, pois este não necessita de poupança prévia, uma vez que pode ser iniciado por meio de instrumentos financeiros, mais precisamente de crédito. Assim, os atores financeiros devem manter a liquidez do sistema, e uma vez que existam possibilidades de investimento, os bancos são responsáveis por financiá-las.

A decisão do investimento pelos empresários inicia um processo de incremento da renda agregada que ao final do processo a poupança agregada se ajustará ao novo valor do investimento em capital físico.

Essa poupança criada será utilizada para o financiamento das dívidas de curto prazo das empresas junto aos bancos comerciais, que por meio de lucros retidos, de venda de ações ou de colocação de títulos no mercado poderão saldar as dívidas contraídas no início do ciclo.

Pode-se dessa maneira, destacar três formas de financiamento dos investimentos: i) lucros retidos; ii) endividamento, e; iii) emissão de ações.

2.2.3 Disponibilidade de trabalho

A força de trabalho depende do tamanho da população, o que impede o crescimento da disponibilidade desse fator a curto prazo. Porém, existem formas endógenas de se aumentar a disponibilidade de trabalho, a exemplo do aumento de horas trabalhadas ou do aumento da taxa de participação.

A primeira forma diz que o número de horas trabalhadas pode ser facilmente aumentado, induzido pelo crescimento da demanda agregada e dentro de certos limites. Por exemplo, se a demanda estiver aquecida, as empresas podem decidir por aumentar a jornada ou fazer outro turno de trabalho. Os trabalhadores serão induzidos a trabalhar mais, pois o aumento da remuneração irá aumentar em muito o custo de oportunidade entre trabalho e lazer.

Em relação à segunda, taxa de participação (porcentagem da população economicamente ativa que faz parte da força de trabalho), a mesma pode aumentar consideravelmente de acordo com o incremento da demanda. Assim, com o aumento da jornada de trabalho, em momentos de crescimento da demanda agregada, o custo de oportunidade entre trabalhar ou ter horas de lazer torna-se muito elevado, o que termina por aumentar a taxa de participação.

2.2.4 Progresso tecnológico

Na tradição keynesiana e kaldoriana a dinâmica tecnológica e de produtividade depende fortemente do processo de acumulação de capital e do próprio nível de produto agregado. As inovações tecnológicas estão em geral associadas às novas máquinas e equipamentos produzidos, o que significa dizer que processos de crescimento e aumento de demanda puxados por investimentos, são em geral acompanhados por aumentos de produtividade (FREITAS, 2003).

Nesse sentido, estabelece-se uma relação de causalidade entre a taxa de crescimento da produtividade e a taxa de crescimento da produção, onde o aumento na produção, induzido pelo aumento da demanda, provoca um aumento da produtividade em setores onde se verifica a presença de economias dinâmicas de

escala, “*learning-by-doing*” e externalidades associadas a mudança de patamar tecnológico. Há, portanto, uma relação positiva entre a taxa de crescimento da produtividade do trabalho e a taxa de crescimento da produção, conhecida na literatura como “lei de Kaldor-Verdoon”.

Ou seja, ao admitir que o progresso tecnológico está incorporado aos equipamentos de última geração, assume-se que o progresso tecnológico é endógeno no modelo de crescimento puxado pela demanda. Dessa forma, a aceleração do crescimento da demanda agregada implica aceleração da taxa de acumulação de capital e conseqüentemente da absorção de progresso tecnológico.

2.2.5 Endogenidade do crescimento econômico de longo prazo

Foi demonstrado que não há limites de longo prazo ao crescimento devido às restrições de oferta de capital ou mão-de-obra. Essas restrições são fenômenos de curto prazo, considerados uma herança do passado recente. A trajetória futura pode ser restringida apenas por limitações na velocidade de resposta aos estímulos da demanda.

Dessa forma, o nível de produção não é determinado pela disponibilidade dos recursos, mas pela demanda agregada, o que leva a se perguntar quais são os fatores responsáveis por sustentar o crescimento no longo prazo.

No caso de economias abertas os componentes autônomos da demanda agregada são dois: as exportações e os gastos do governo. Enquanto o investimento é rejeitado, já que é determinado pelas expectativas que os empresários têm sobre o crescimento da produção e vendas futuras.

Para economias abertas, que não possuem moeda conversível, as exportações são o único componente autônomo. Pois, se a taxa de crescimento do consumo do governo for maior que o das exportações, então o produto real e a renda crescerão mais rápido do que as exportações. Ao se supor que a elasticidade-renda das importações é maior que um, logo a taxa de crescimento das importações será maior do que a das exportações. Dessa forma, gera-se um crescente déficit comercial, tornando insustentável essa dinâmica.

Sendo assim, pode-se dizer que a taxa de crescimento de longo prazo do produto real (g^*) será função do produto entre a elasticidade-renda das exportações (ϵ) com a taxa de crescimento da renda mundial (z).

$$g^* = \frac{\epsilon z}{\sigma} \quad (1)$$

2.3 Restrições ao crescimento

Para a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento existem três restrições ao crescimento no longo prazo, a saber: i) o equilíbrio do balanço de pagamentos, incorporado no modelo de crescimento de Thirlwall; ii) a capacidade produtiva; e iii) a tendência a sobreapreciação cíclica da taxa de câmbio, devido a doença holandesa e ao excessivo influxo de capital.

Entretanto, as duas primeiras restrições podem ser relaxadas, utilizando-se como instrumento a taxa de câmbio. Dessa forma, será demonstrado que a única restrição no longo prazo é a tendência à sobreapreciação cíclica da taxa de câmbio.

2.3.1 A restrição externa

2.3.1.1 Equilíbrio no balanço de pagamentos

Até o momento, argumentou-se que a demanda agregada lidera o crescimento da economia, enquanto a oferta de fatores produtivos se ajusta ao ritmo demandado. Também, foi visto que, em economias abertas, a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento, considera as exportações como o principal componente autônomo da demanda agregada.

A importância das exportações está no fato delas não dependerem da renda interna. Além disso, a exportação é o único componente da demanda agregada que pode gerar recursos para financiar a importação necessária ao crescimento.

O crescimento do produto e do emprego pode ser também estimulado pelo aumento do investimento, do consumo e do gasto público decorrentes da política econômica e/ou da melhora nas expectativas dos empresários, mas, esses componentes da demanda têm conteúdo importado.

Dessa maneira, se não houver aumento do nível de exportação para cobrir as despesas adicionais com importações, a demanda agregada será reduzida, e, por conseguinte, o produto e o emprego.

Dessa forma, um país enfrentará desequilíbrios¹ no balanço de pagamentos se a elasticidade-renda da sua demanda por importações for superior à elasticidade-renda da demanda externa por suas exportações.

Em outras palavras, as restrições no balanço de pagamentos ocorrem em uma economia quando a sua demanda interna por importações tende a crescer estruturalmente em um ritmo superior à demanda internacional por exportações.

Tal desequilíbrio no balanço de pagamentos acaba por constituir em um obstáculo para o crescimento econômico, já que, nesses casos, a política econômica – fiscal e monetária – acabam sendo utilizada para controlar esses desequilíbrios, restringindo a demanda doméstica e a capacidade produtiva (FREITAS, 2003).

2.3.1.2 Relaxamento da “Lei de Thirlwall”

Thirlwall² (2011) propõe um modelo ilustrando que as taxas de crescimento econômico diferem entre países devido a restrições provocadas pelo balanço de pagamentos, que estão relacionadas a diferentes elasticidades-renda da exportação e da importação. Esse autor utiliza a suposição de que no longo prazo não há alteração nos termos de troca ou taxa de câmbio real. Afirma que, nenhum país pode crescer, no longo prazo, a taxas mais rápidas que aquela consistente com o equilíbrio na conta de transações correntes do balanço de pagamentos, a conhecida Lei de Thirlwall. Ainda que déficits possam ser financiados através de empréstimos externos, há um limite.

Segundo Thirlwall (2011, p. 430), If a country gets into balance of payments difficulties as it expands demand, before the short term capacity growth rate is reached, then demand must be curtailed; supply is never fully utilized; investment is discouraged; technological progress is slowed down, and a country's goods compared to foreign goods become less desirable so

1

(BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2012, p. 8) destacam “*The issue of external constraint is ancient in development theory. On the model of the big push of Rosenstein-Rodan (1943), who founded the structuralist theory of development, this restriction is an assumption*”.

2

O artigo original foi publicado na *BNL Quarterly Review*, v. 32, n. 128, p. 45-53, 1979.

worsening the balance of payments still further, and so on. A vicious cycle is started. By contrast, if a country is able to expand demand up to the level of existing productive capacity, without balance of payments difficulties arising, the pressure of demand upon capacity may well raise the capacity growth rate. There are a number of possible mechanisms through which this may happen: the encouragement to investment which would augment the capital stock and bring with it technological progress; the supply of labour may increase by the entry into the workforce of people previously outside or from abroad; the movement of factors of production from low productivity sectors, and the ability to import more may increase capacity by making domestic resources more productive.

Segundo a lei de Thirlwall, o equilíbrio da balança de pagamentos é dado pela seguinte equação:

$$g = \frac{g}{g} \quad ggggçãg (2)$$

Onde, afirma-se que a taxa de crescimento em equilíbrio do balanço de pagamentos da economia é uma função direta da elasticidade-renda da demanda externa por suas exportações (ϵ) e da renda internacional (z), isto é, do valor total exportado, e uma função inversa da elasticidade-renda da sua demanda por importações (π).

Entretanto para a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento aceita-se o modelo de Thirlwall somente no caso em que o país não possa crescer no longo prazo a uma taxa maior que a das exportações. Caso o país queira crescer com taxas superiores a preconizada por Thirlwall, existe a possibilidade de incorrer em déficits, ou seja, há a possibilidade de crescimento com poupança externa.

Porém, a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento considera a tese da restrição externa duvidosa, mesmo se existir a possibilidade de poupança externa. Pois, nos países que são exportadores de manufaturas e renda média, não se pode assumir que a elasticidade-renda das importações são maiores que a elasticidade-renda das exportações.

Segundo (BRESSER-PEREIRA; OREIRO, MARCONI, 2012, p. 8), If we understand the Thirlwall's model simply as the thesis that a country, whether developed or developing, cannot in the long run grow at a rate bigger than the one of exports, then we have no objection against it. However, if we

understand it as a demonstration of the "convenience" of foreign savings or external financing, the picture changes completely. This is because in middle-income countries we can no longer assume that income-elasticity of imports is greater than income elasticity of exports since the country's exporter of manufactured goods. Even in this case, however, the thesis of external constraint is doubtful.

Sabe-se que a elasticidade-renda das exportações e importações dependem do nível de conhecimento tecnológico do país, porém, são função, também, do nível da taxa de câmbio real. O que transforma a elasticidade-renda das mesmas em variáveis endógenas.

Seguindo esse raciocínio, taxas de câmbio competitivas podem estimular o setor industrial e a diversificação produtiva, alterando, portanto, a elasticidade de longo prazo da lei de Thirlwall, tanto de exportações quanto de importações. O nível da taxa real de câmbio passa, dessa forma, a ser um fator com efeitos positivos ou negativos sobre o equilíbrio do balanço de pagamentos.

Para Bresser-Pereira (2012), uma taxa de câmbio adequada, no patamar de *equilíbrio industrial* (taxa de câmbio que torna as indústrias de setores comercializáveis e competitivas internacionalmente), pode ajudar a estimular o setor de bens comercializáveis, não tradicional da economia, especialmente o de manufaturas para exportação.

Uma taxa de câmbio competitiva é fundamental para estimular o desenvolvimento do setor de bens comercializáveis, não-dependente de commodities. Dessa forma, evita-se problemas relacionados à doença holandesa. Além do que, ao estimular a produção de manufaturas para o mercado mundial, uma taxa de câmbio competitiva pode ajudar os países a mudar de patamar tecnológico.

Por outro lado, Bresser-Pereira (2009), destaca que podem ocorrer efeitos perversos devido a níveis apreciados da taxa de câmbio real, a exemplo da desindustrialização e da reprimarização das exportações, que provocam mudanças estruturais no sentido de diminuir a elasticidade-renda das exportações e aumentar a elasticidade-renda das importações, o que por sua vez, culmina na redução da taxa de crescimento de equilíbrio do balanço de pagamentos.

(BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2012) sintetizam o raciocínio apresentado sobre a forma de uma equação:

$$\frac{\dot{g}}{g} = g(g - g_{gg}) \quad (3)$$

Onde: β é uma constante positiva e θ é taxa de câmbio de equilíbrio industrial.

No caso, a equação diz que o modelo de crescimento de Thirwall com restrição no balanço de pagamentos fornece, no máximo, uma restrição temporária ao crescimento de longo prazo. Com efeito, solucionando a equação (3) para $\frac{\dot{g}}{g}$ e substituindo o resultado na equação (2), obtém-se:

$$\dot{g} = g(g - g_{gg}) \quad (4)$$

Como resultado, a equação mostra que o crescimento do equilíbrio do balanço de pagamentos vai se ajustar ao longo do tempo dependendo da relação entre o valor da taxa de câmbio real e a taxa de câmbio de equilíbrio industrial. Com efeito, qualquer taxa de crescimento do produto é consistente com o equilíbrio do balanço de pagamentos quando a taxa de câmbio real está no nível de equilíbrio industrial.

Se a taxa estiver apreciada, abaixo do nível industrial, a taxa de crescimento com equilíbrio do balanço de pagamentos se reduzirá ao longo do tempo. Por outro lado, se o câmbio estiver depreciado, no nível de equilíbrio industrial, a taxa de crescimento com equilíbrio do balanço de pagamento aumentará gradualmente ao longo do tempo.

Dessa forma, no longo prazo, não se pode falar em restrição externa do crescimento, caso a taxa de câmbio seja compatível com o equilíbrio industrial. Em outras palavras, o limite ao crescimento determinado pela restrição externa pode ser resolvido com a manutenção de uma taxa de câmbio competitiva.

2.3.2 Restrição de capacidade produtiva e distribuição de renda

A macroeconomia estruturalista do desenvolvimento reconhece uma segunda restrição no longo prazo dada pela capacidade produtiva. No caso, a taxa de crescimento do produto compatível com os planos de investimento dos empresários. Ou seja, incorpora-se na análise outra restrição ao crescimento no longo prazo, sendo esta dependente da taxa de investimento e da relação produto-capital. Formalmente,

$$g = g_{gg} \quad (5)$$

Em que Q é o nível do produto, v é a relação produto-capital (quantidade máxima de produto que pode ser obtida a partir de uma unidade de capital), u é o grau de utilização da capacidade produtiva, e k é o estoque de capital.

Considerando que a relação capital-produto é constante, dividindo ambos os lados da equação (5) por Q e admitindo que investimento líquido é igual a $I = (\Delta k - gk)$, onde g é a depreciação do estoque de capital, tem-se

$$\frac{\Delta Q}{g} = g \Delta g \frac{g}{g} + g \frac{g}{g} - g \frac{g}{g} \quad \text{ggggçãg (6)}$$

Como no equilíbrio de longo prazo o grau de utilização da capacidade produtiva é igual ao nível normal de utilização da capacidade (g^g), isto é, o nível de utilização da capacidade que é desejado pelas firmas, de acordo com sua estratégia de crescimento, então $\Delta u = 0$. Logo,

$$g^{***} = \frac{\Delta g}{g} = g^g \frac{g}{g} - gg \quad \text{ggggçãg (7)}$$

em que g^{***} é a taxa de crescimento da capacidade produtiva e $\frac{g}{g}$ a função investimento.

Segundo (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2012, p. 10), The equation defines the so-called warranted growth rate, i.e. the rate of output growth which, if achieved, will maintain the capacity utilization at its normal level in the long-term (Park, 2000). This concept originates from the seminal work of Harrod (1939).

A equação (7) é a assim chamada taxa garantida de crescimento que mantém a utilização da capacidade no seu nível normal de longo prazo. Ela é uma função crescente do investimento líquido como proporção do PIB.

Por sua vez, o investimento líquido como proporção do PIB depende do custo de oportunidade do capital e da taxa de lucro esperada. Em relação ao primeiro, o argumento é de que se os empresários estiverem obtendo uma taxa de lucro satisfatória sobre o seu capital, então a taxa de investimento será elevada, fazendo com que a capacidade se expanda a um ritmo acelerado. Em relação ao segundo, admite-se que a taxa de lucro depende da taxa real de câmbio por dois principais motivos: os efeitos do câmbio sobre a rentabilidade (*mark up*) e sobre a distribuição funcional da renda.

No que tange a taxa de lucro, considere que as empresas podem diferenciar seus produtos em relação aos bens produzidos no exterior, de tal forma que nessa economia possuem poder de formação de preço. Nesse contexto, os preços dos seus produtos serão fixados com base em um *mark up* sobre o custo unitário de produção.

Assim, por um lado, como esse custo envolve certo requisito unitário de insumos importados é fácil observar o efeito direto que a taxa real de câmbio tem sobre a rentabilidade da empresa. Por outro, considerando que o bem final produzido pelas empresas é substituto imperfeito dos bens finais produzidos no exterior, também é fácil observar que a margem de lucro das empresas domésticas será afetada pelo preço dos bens importados que, por sua vez, depende diretamente da taxa real de câmbio.

Assim, a capacidade que as empresas têm de fixar um preço acima do custo unitário de produção depende da taxa real de câmbio, o que implica que uma desvalorização (valorização) permite que as empresas domésticas aumentem (diminuem) seu *mark up* em função da redução da competitividade dos bens finais do exterior.

Em relação aos efeitos sobre a distribuição funcional da renda o modelo assume que dado o *mark up* e os coeficientes técnicos de produção existe uma relação inversa entre salário real e a taxa real de câmbio. Ou, em outras palavras, que a desvalorização (valorização) da taxa real de câmbio promove o aumento (diminuição) da participação dos lucros na renda da economia em consideração.

Com base nesses argumentos, pode-se expressar a taxa de investimento da seguinte forma:

$$\frac{g}{g} = g(g, g(g) - g) \quad gggg\tilde{g} (8)$$

Em que R é a taxa de lucro esperada pelos empresários e r o custo de oportunidade do capital. A equação mostra que a taxa de investimento da economia é uma função positiva do nível da taxa de câmbio real, devido ao fato que uma desvalorização da taxa de câmbio irá incrementar a participação dos lucros e a taxa de lucro, induzindo os empresários a investir mais.

Substituindo a equação (8) em (7), temos:

$$g^{***} = g^g [g(g(g, g(g) - g) - g)] \quad ggggçãg (9)$$

Em que g^{***} é a taxa garantida de crescimento levando-se em consideração o efeito da taxa real de câmbio sobre a distribuição de renda e sobre a taxa de lucro. Fica claro, neste caso, que a restrição de capacidade produtiva não é um impedimento ao crescimento de longo prazo desde que a taxa real de câmbio possa se ajustar.

2.3.3 Doença Holandesa e influxos excessivos de capital: Tendência a sobreapreciação da taxa de câmbio

Até aqui, foi mostrado que o modelo pressupõe que a restrição ao crescimento de longo-prazo não se origina nem da restrição externa e nem da restrição de capacidade. Dessa forma, para a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento a única restrição ao crescimento está na tendência a sobrevalorização da taxa de câmbio que tem sua origem na doença holandesa e nas entradas de capital.

A doença holandesa aprecia artificialmente a moeda e inviabiliza a indústria nos países ricos em recursos naturais. Sua ocorrência é o mais cruel dos problemas, porque exerce uma vigorosa pressão de apreciação sobre a taxa de câmbio, mas não leva o país a sofrer déficits em conta corrente e elevado endividamento externo e acaba por destruir a indústria instalada. A doença holandesa é definida por:

(BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 51) como o produto de rendas ricardianas oriundas de abundantes recursos naturais que produzem uma taxa de câmbio compatível com o equilíbrio de longo prazo da conta corrente, mas incompatível com a competitividade internacional dos setores de bens comercializáveis que usam a melhor tecnologia disponível no mundo, e que não são as commodities que geram a doença.

O resultado é que um país rico em recursos naturais é amaldiçoado pelo fato de possuir dois equilíbrios da taxa de câmbio: o equilíbrio corrente e o equilíbrio industrial, respectivamente, a taxa que equilibra a conta corrente e a que torna as indústrias de setores comercializáveis em competitivas internacionalmente. Quanto maior a diferença entre esses dois equilíbrios, mais grave será a doença.

A doença holandesa aprecia a moeda nacional, mas essa pressão se interrompe quando a taxa de câmbio atinge o nível correspondente ao equilíbrio corrente.

Dessa forma, observa-se que, é possível que o equilíbrio do balanço de pagamentos ocorra a uma taxa de câmbio mais valorizada, por exemplo, o nível de equilíbrio corrente. A esse nível da taxa de câmbio a economia vai passar por um processo de desindustrialização e reprimarização da pauta de exportação, a qual irá reduzir (aumentar) a elasticidade renda da demanda por exportações (importações). Isso significa que o equilíbrio do balanço de pagamentos irá se reduzir (GALA, 2008).

A apreciação do nível de câmbio até o equilíbrio corrente provocará, também, a redução das margens de lucro e da taxa de lucro, o que induz a menores taxa de investimento privado. Isso significa que a taxa de crescimento garantida irá se reduzir.

Para Bresser-Pereira (2009), a outra causa principal da tendência à sobreapreciação da taxa de câmbio está relacionada com o ingresso de capital. Esse é o resultado da atração estrutural que as altas taxas de lucro e do diferencial de juros³ exercem sobre o capital internacional, que somada a políticas equivocadas que não são estruturais, mas são recorrentes, continuarão a apreciar a taxa de câmbio até que nova crise do balanço de pagamentos interrompa o processo.

Segundo ainda aquele autor, são equivocadas: a política de crescimento com poupança externa, a política de âncora cambial, a política de âncora cambial revestida de política de metas de inflação, a política de “aprofundamento financeiro” e, por último, o populismo cambial.

Caso não exista nenhuma política de administração da taxa de câmbio que neutralize essas tendências, a taxa de câmbio passará a se apreciar puxada por dois fatores estruturais: a doença holandesa a leva até o nível de equilíbrio corrente, e, em seguida, os fluxos de capitais atraídos pelas taxas de lucro e de juros continuam a apreciá-la levando ao déficit em conta corrente e desindustrialização.

Segundo (BRESSER-PEREIRA, OREIRO, MARCONI, 2012, p. 15), as a result of excessive capital inflows, real exchange rate appreciates to a level ,

3

As razões para o elevado diferencial de juros são: em primeiro lugar, a menor organização do mercado de capitais em países de renda média do que nos países desenvolvidos, o que resultou em prêmios de liquidez sobre títulos de longo prazo maiores nos primeiros países. Em segundo, países de renda média possuem suas dívidas externas denominadas em moeda estrangeira, enquanto países desenvolvidos em moeda sua própria moeda.

lower than the current account equilibrium level. This means that a middle income country that suffers from Dutch disease and excessive capital inflows at once will have a current account deficit plus de-industrialization

Quando o país não administra o nível da taxa de câmbio e pratica essas políticas, torna-se uma questão de tempo até que o sistema entre em crise e venha a incorrer em déficit em conta corrente, eventualmente se endividará e gradualmente perderá a confiança dos credores, que, em certo momento, determinam o *sudden stop*, ou seja, deixam de rolar a dívida externa do país e este entra em crise de balanço de pagamentos.

2.4 Modelo de crescimento keynesiano-estruturalista

Na tradição keynesiana o modelo partiu do pressuposto que os principais estrangulamentos ao crescimento estão do lado da demanda. Dessa forma, o crescimento econômico é determinado pela demanda agregada e, somente, componentes que não dependem do nível de produto e renda podem ser eleitos como responsáveis pelo crescimento a longo prazo.

Assim, o modelo propõe que a taxa de crescimento das exportações é o componente autônomo responsável pelo crescimento. Como demonstrado na equação (1), o crescimento é igual ao produto da elasticidade-renda das exportações com a taxa de crescimento da renda internacional.

Por outro lado, investimentos aumentam a capacidade de oferta do país. O problema fundamental está, então, em aproveitar os recursos disponíveis por meio destes investimentos.

As oportunidades lucrativas para a realização dos mesmos dependem da taxa de lucro esperada e da taxa de juros ou do custo de capital: a primeira esta sujeita a existência de demanda interna e a possibilidade de as empresas eficientes lograrem exportar, enquanto a segunda depende da saúde financeira do Estado e de uma política monetária que leve em consideração o equilíbrio cambial, o pleno emprego e o crescimento econômico. Ou seja, uma política monetária que não tenha como objetivo exclusivamente a estabilidade de preços.

Entretanto, o crescimento está sujeito a três restrições. A primeira é a restrição externa relacionada ao equilíbrio do balanço de pagamento, apresentado no modelo de crescimento de Thirlwall. Porém, ao se considerar o papel da taxa de câmbio,

argumentou-se que a manutenção dessa em nível competitivo influencia o desempenho das exportações e gera incentivos à produção de bens substitutos às importações, o que implica em um novo padrão de especialização da economia e, assim, do tamanho e do dinamismo do setor de manufaturas.

Ou seja, a taxa de câmbio ao determinar a estrutura produtiva do país, demonstra que a elasticidade-renda das exportações e importações do modelo de Thirlwall são endógenas. Dessa forma, se a taxa de câmbio for mantida no nível industrial, qualquer taxa de crescimento será sustentável em relação ao equilíbrio do balanço de pagamentos.

A segunda restrição é dada pela taxa de crescimento garantida, onde o equilíbrio no modelo ocorre quando a taxa de crescimento efetiva for compatível com a obtenção de um nível normal da capacidade de utilização. Essa restrição é relaxada, também, pela taxa de câmbio, pois a distribuição de renda e a taxa de lucro são função daquela.

O relaxamento se dá por meio de uma desvalorização cambial que, ao aumentar o lucro das empresas e a sua capacidade de autofinanciamento altera a disponibilidade de fundos de que essas empresas dispõem para realizar seus projetos de investimentos relacionados à pesquisa e inovação. Com efeito, aumenta-se a taxa de investimento, o que causa uma aceleração da taxa de crescimento da capacidade produtiva.

Dessa forma, para a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento a restrição do crescimento de longo prazo não vem do equilíbrio do balanço de pagamentos ou da capacidade produtiva. É decorrente da sobreapreciação cíclica da taxa de câmbio, devido a doença holandesa e aos excessivos influxos de capital.

Por fim, Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2012) sintetizam o modelo em duas equações.

$$g^{**} = g^g [g(g(g, g(g)) - g) - g] \quad ggggçãg \quad (10)$$

$$g = g_{gg} \quad ggggçãg \quad (11)$$

Onde, (g) é a taxa real de crescimento do produto e (θ) é valor efetivo da taxa de câmbio real.

As variáveis exógenas do modelo são a taxa de câmbio de equilíbrio industrial (g_{gg}), o grau normal da capacidade produtiva (g^g), a relação capital-produto (v), o custo de oportunidade do capital (r) e a taxa de depreciação do estoque (g).

Com base nas equações (10) e (11) é possível determinar o equilíbrio de longo prazo para a taxa de crescimento e da taxa real de câmbio no qual a capacidade produtiva está crescendo no mesmo ritmo da demanda agregada. Nesse caso, a capacidade produtiva permanece constante e igual ao nível normal enquanto o balanço de pagamentos está em equilíbrio. Além do que, na hipótese de ausência de doença holandesa, o modelo determina que a taxa real de câmbio de equilíbrio será igual à taxa de câmbio de equilíbrio corrente e a taxa de câmbio de equilíbrio industrial.

Por fim, o modelo se apresenta de tal forma que a taxa de câmbio é colocada no centro da teoria econômica do desenvolvimento, uma vez que essa permite a ocorrência simultânea da utilização normal da capacidade de utilização e a estabilidade da estrutura produtiva.

2.5 Estratégia de desenvolvimento Novo-desenvolvimentista

Apresentada a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento, matriz teórica para o novo-desenvolvimentismo, passa-se a ser capaz de apresentar resumidamente essa estratégia de crescimento, com base nos trabalhos de Bresser-Pereira (2006), Mattei (2011), Oreiro (2012), Oreiro e Paula (2010), e Sicsú (2007).

A estratégia novo-desenvolvimentista adota um regime de crescimento do tipo export-led, o qual defende que o crescimento deve ser impulsionado pelo aumento do coeficiente de exportações, com efeito sobre o ritmo da acumulação de capital e do progresso tecnológico. O lado da oferta não é ignorado e tem participação fundamental, principalmente a oferta da educação, do progresso técnico e de uma boa infraestrutura.

Sendo assim, no novo-desenvolvimentismo o crescimento é “alçado” pelas exportações e sustentado pelo investimento privado na expansão da capacidade produtiva e da infraestrutura básica. Vale destacar que o investimento público é complementar ao privado, de forma que não deve concorrer com esse.

Para incentivar o investimento privado, a estratégia, requer que a política cambial mantenha a taxa de câmbio em níveis competitivos. Dessa forma, deve-se neutralizar a tendência a sobrevalorização da taxa de câmbio, de maneira que esta possa alcançar o nível de equilíbrio industrial.

Quanto à política fiscal, não existe espaço para o déficit público, sendo incentivado o superávit primário. Outra característica é a atenção dada à distribuição de renda, pois esta assegura que os gastos de consumo irão crescer a um ritmo aproximadamente igual ao do PIB real no médio e longo prazos. Garante-se, assim, que a demanda interna acompanhe o ritmo de crescimento da economia.

Defende-se reajustes do piso salarial iguais ou próximos ao crescimento da produtividade do trabalho, com resultado sobre a estabilidade da distribuição funcional da renda.

Por outro lado, é necessário lembrar que no longo prazo, supondo-se progresso técnico neutro, o aumento dos salários à mesma taxa do aumento da produtividade é condição indispensável para a manutenção da taxa de lucro no nível satisfatório.

A inflação ficaria a cargo, nessa estratégia, da política fiscal e salarial, que seriam as responsáveis por mantê-la em um nível baixo e estável. Segue-se desse raciocínio que a taxa de juros ficaria livre de sua função inflacionária, permitindo que esta se estabeleça em patamares baixos, próximo das taxas básicas internacionais, o que termina por criar um ambiente propício a investimentos produtivos.

O novo-desenvolvimentismo é marcado por duas tendências que limitam as oportunidades de investimento: a tendência da taxa de salários a crescer menos do que a produtividade e a tendência à sobrevalorização cíclica da taxa de câmbio.

A primeira limita o crescimento do mercado interno, não permitindo uma demanda doméstica sustentável a médio e longo prazos. A mesma tem como causa fundamental oferta ilimitada de mão-de-obra existente nos países em desenvolvimento.

A segunda tendência tem duas causas estruturais principais: a doença holandesa e a atração que as altas taxas de lucro e de juros existentes nos países em desenvolvimento exercem sobre o abundante capital internacional.

Nesse sentido, o novo-desenvolvimentismo opta por crescer com poupança interna, bem como, procura manter um sistema financeiro estável com baixas taxas de juros e com políticas democráticas de crédito, com efeito a financiar o investimento nacional.

Por fim, a taxa de câmbio está no centro da teoria, tendo papel decisivo no padrão de especialização do país, na produtividade, no nível de investimento e na distribuição de renda, bem como, na sustentação do crescimento no longo prazo.

3 A CRÍTICA DA “ESQUERDA” AO NOVO-DESENVOLVIMENTISMO: SÓCIO-DESENVOLVIMENTISMO

No capítulo anterior foi apresentado a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento, bem como, a estratégia nacional de crescimento que se baseia nela, o novo-desenvolvimentismo. Porém, essa não é a única corrente desenvolvimentista atuando no cenário econômico brasileiro.

Sendo assim, será apresentado neste capítulo o sócio-desenvolvimentismo, estratégia de crescimento, que ao rejeitar os pressupostos da macroeconomia estruturalista do desenvolvimento, como crescimento puxado pelas exportações e endogenidade dos fatores produtivos, passa a defender o desenvolvimento da economia como função do crescimento e das políticas sociais (CARNEIRO, 2012).

Nessa estratégia, o crescimento deve basear-se em fatores puramente endógenos, a saber: o mercado interno e a diversificação setorial. Dessa forma, defende que os fatores responsáveis pela dinâmica de crescimento são: i) o consumo de massa, estimulado pela redistribuição de renda e seu importante multiplicador; ii) o investimento público em infraestrutura ; iii) os recursos naturais.

Em relação a política social, no momento em que se reconhece a relevância do mercado interno, essa passa a ter importante papel no desenvolvimento da economia. Assim, define a proteção e promoção social como eixo do desenvolvimento (CASTRO, 2012).

No caso, as políticas de inclusão social e redução da desigualdade de renda e social são responsáveis por evidenciar maiores possibilidades de crescimento apoiado no mercado doméstico e na expansão da demanda agregada. Essa estratégia utiliza a transferência de renda, aumentos reais do salário mínimo e a expansão do crédito como instrumentos para estruturar um mercado de consumo capaz de dar sustentação ao crescimento (SERRANO; SUMMA, 2011).

O sócio-desenvolvimentismo elege o esgotamento de inovações tecnológicas e de financiamento de longo prazo como restrições ao crescimento. Dessa maneira, o estado torna-se responsável por realizar investimentos no setor produtivo e financeiro estatal, no sentido de operar como indutor do gasto privado (COSTA, 2012). Ou seja, o estado deve induzir o investimento autônomo diante das condições da demanda agregada.

3.1 Dinâmica de crescimento

A macroeconomia estruturalista do desenvolvimento ressalta que, em economias abertas, os componentes autônomos da demanda agregada são as exportações e os gastos do governo, excluindo, portanto, os gastos com investimento e consumo, dependentes da renda esperada. Além de defender a industrialização orientada para o mercado externo.

O sócio-desenvolvimentismo, por outro lado, destaca a autonomia relativa propiciada pela ampliação dos mercados (internos e externos) e pela maior independência do processo de reprodução do capital em relação a importação de meios de produção. Sendo assim, o crescimento apoia-se no papel do mercado interno, fator considerado puramente endógeno, e nos gastos sociais, voltados a redistribuição de renda. Além do que, devido à restrição de inovação tecnológica, conta com as importações para incorporar progresso tecnológico.

Puxado pelo consumo de massa, o sócio-desenvolvimentismo elege o investimento privado como componente autônomo. Assim, este é o determinante último do crescimento no longo prazo, sendo o fator de sustentação do ciclo de crescimento.

Evidentemente, o sócio-desenvolvimentismo discorda do novo-desenvolvimentismo, quanto ao crescimento puxado apenas pelas exportações. O primeiro não acredita em endogenidade no longo prazo da disponibilidade dos fatores de produção, ou seja, em interdependência entre a demanda agregada e a oferta agregada.

Dessa forma, as decisões de investimento autônomo no longo prazo constituem-se de uma série de decisões de política econômica tomadas em curto prazo. Assim, a disponibilidade futura de maior oferta agregada é resultante delas e de políticas de crescimento no longo prazo em conjunto com políticas sociais ativas.

Por fim, o sócio-desenvolvimentismo argumenta que a diversidade setorial da economia brasileira só tem paralelo, entre as economias emergente, na China e na Índia. Então o Brasil não se restringe à indústria. Deve acentuar a sua condição de potência agrícola, candidatar-se a posição de peso no conjunto inter-relacionado de atividades industriais e de serviços.

3.1.1 Consumo de massa: Ciclo de crescimento e políticas macroeconômicas

Para o sócio-desenvolvimentismo a economia é suficientemente grande e complexa para retirar parte de seu dinamismo de fatores endógenos, no caso, reconhece-se o mercado interno como primordial. Sendo assim, o consumo de massa traz a oportunidade da economia entrar em um ciclo vigoroso de crescimento, com efeitos amplificados a cada momento que o consumo é elevado.

Pode-se definir o ciclo em quatro etapas: i) aumento do consumo provoca a expansão dos investimentos, que se traduzem em aumento de produtividade e competitividade por intermédio de mais equipamentos por trabalhador, de conhecimento, de aprendizado, de inovação e de economias de escala; ii) elevação da produtividade transmite-se equilibradamente a lucros e rendimentos das famílias trabalhadoras pelo aumento de salários, pela redução dos preços dos bens e serviços e pelo aumento dos gastos sociais; iii) transformação desses rendimentos em consumo popular continuamente ampliado; e iv) expansão dos investimentos.

Para que o ciclo se inicie e seja sustentando, necessita-se que as políticas salarial, cambial, fiscal, creditícia e social sejam ativas, de maneira a incentivar o consumo de massa.

Sendo assim, a política salarial deve proporcionar reajustes do piso salarial acima da produtividade, com crescente aumento real do salário mínimo. Enquanto o setor financeiro tem papel importante ao defender uma distribuição horizontal do crédito, de forma a reduzir a desigualdade de financiamento de todos os agentes e, assim, estruturar um mercado de consumo capaz de dar sustentação ao ciclo de crescimento (CARNEIRO, 2010).

Já a política fiscal deve procurar aumentar e distribuir a massa de salários e rendimento do trabalho, bem como, o consumo e o multiplicador da renda, por meio de incentivos ao pleno emprego e renda, de forma que o gasto público e a política tributária incentive a produção.

Por sua vez, a política cambial participa dessa discussão ao se manter apreciada a taxa de câmbio, o que permite aumentar o poder de comprar do salário real em relação aos bens comercializáveis, dessa forma, permite-se o melhor desempenho da política de crescimento via consumo de massa.

3.1.2 Consumo de massa: Gasto social e redistribuição de renda

O sócio-desenvolvimentismo dá ênfase ao mercado interno e ao papel do Estado, dessa forma a política social e o seu correspondente gasto público é um dos componentes da demanda agregada e elemento importante para promover o crescimento econômico, ao melhorar a distribuição de renda e inserir famílias no mercado consumidor e permitir o aumento da produtividade do trabalho.

Ou seja, o sócio-desenvolvimentismo utiliza a política social, por meio de gastos sociais, como principal ferramenta estatal, uma vez que a mesma se faz presente sobre complexos esquemas de distribuição de renda, produção e provisão de bens e serviços, distribuição de ativos patrimoniais, aplicando, assim, significativas parcelas do Produto Interno Bruto (BASTOS, 2012).

Em relação aos gastos sociais, Castro (2012) mostra que a maioria desses são relativos a garantias de renda mediante as transferências de rendas a pessoas e famílias carentes, os quais, em sua maioria, realizam seus gastos no mercado interno brasileiro.

Dessa forma, o processo de gasto fortalece o circuito de multiplicação de renda, pois tais extratos populacionais tendem a consumir menos importados e poupar menos, o que implica em maior propensão a consumir, em geral, produtos nacionais, fato decorrente disso, são os melhores resultados em vendas, maior produção e mais emprego gerado no país (SERRANO; SUMMA, 2011).

O gasto com as políticas sociais, portanto, tem reflexo de caráter estritamente econômico em dois sentidos, como proposto por Castro (2012): i) em termos de seu multiplicador para o crescimento do PIB e da renda das famílias; e ii) na distribuição da renda.

3.1.3 Diversificação setorial

O investimento do setor produtivo estatal, em conjunto com o gasto público orçamentário, pode operar como indutor do gasto privado, ou seja, como investimento autônomo diante das condições da demanda agregada. Dessa forma, o sócio-desenvolvimentismo se diferencia da ótica do novo-desenvolvimentismo, que

supõe que o dinamismo da economia brasileira se pauta em critérios privados, induzidos pela demanda externa.

Justifica-se o uso do investimento público em infraestrutura, por este se apresentar em quantidades de recursos e empregos direcionados significativos, compondo boa parte do PIB nacional. Além de gerar externalidades positivas importantes para toda a economia, em especial o setor privado ao incentivar a expansão do investimento privado.

Dessa forma, o estímulo ao desenvolvimento econômico derivado da realização dos investimentos em infraestrutura não se encerra, porém, com a mera provisão dos serviços que a infraestrutura presta. Potencialmente, ao menos, vai muito além, estendendo-se pela economia como um todo por meio dos efeitos de encadeamento e inovação transmitidos aos demais setores da economia.

No que tange aos recursos naturais, sabe-se que o Brasil possui um dos maiores territórios no mundo, tendo uma grande e diversificada quantidade de recursos naturais. Com as extraordinárias taxas de crescimento asiáticas vem a oportunidade de obter ganhos importantes com os recursos nacionais a médio e longo prazos (BIELSCHOWSKY, 2012).

Exemplos do potencial tecnológico de longo prazo associado a áreas de produção e inovação são os casos do progresso técnico decorrente de novas fontes de energia elétrica, na extração de petróleo em águas profundas e muito profundas e na produção de etanol. Além disso, cita-se os avanços que o Brasil tem conquistado no domínio da tecnologia agrícola na região dos cerrados e o imenso campo de inovação representado por sua extraordinária biodiversidade.

Existe um requisito para que os ganhos potenciais gerados pela demanda mundial pelas matérias-primas brasileiras sejam aproveitados, o qual é a necessidade que grande parte da produção de máquinas, sementes e demais insumos agrícolas sejam produzidas internamente, dessa forma, agregando valor a toda a cadeia produtiva.

Implica-se que o raciocínio para os demais recursos naturais é o mesmo: é necessário que se produzam no território nacional considerável parte dos equipamentos e serviços de alta densidade tecnológica para a extração de petróleo e para a produção de etanol e para a geração de energia elétrica.

3.2 Restrições ao crescimento

O sócio-desenvolvimentismo reconhece duas restrições que podem impedir o ciclo de crescimento. No caso, o Brasil não é capaz de engendrar ciclos próprios de inovação tecnológica, bem como, não possui uma base financeira doméstica capaz de financiar adequadamente o investimento.

3.2.1 Inovação tecnológica

O Brasil possui uma indústria instalada considerável e há muito foi superado o problema da indústria nascente, o que traz ao centro da discussão o problema de como confirmar e dar competitividade à mesma.

Desde os anos 80, a formulação de um novo projeto de desenvolvimento brasileiro baseado em inovação e competitividade foi pensando como candidato natural a dinamizador da economia. A inovação não é um motor do crescimento, no caso brasileiro, como em países desenvolvidos, porém, isso não significa que não deva haver um processo de inovação e investimentos em segmentos de alta intensidade tecnológica.

Bielschowsky (2012) ressalta que a inovação tecnológica tem por função essencial o fato de que, se o processo de inovação expandir-se de modo adequado, poderá reforçar, principalmente, o crescimento das economias de escala, como, podem também, alavancar o motor de recursos naturais e serviços, que são nas palavras dele as “engrenagens do investimento”.

Dessa forma, o processo de inovação permitirá transformar em núcleos estruturantes da economia nacional várias atividades produtivas ainda inexistentes ou, em fase incipiente – como, por exemplo, o “pré-sal” e a utilização sustentável da biodiversidade – e inaugurar ou reforçar a existência de encadeamentos produtivos com alta densidade tecnológica. Para Bielschowsky (2012), isso significará adensar as fontes de crescimento, ampliar seus efeitos multiplicadores de renda e emprego e reduzir a vulnerabilidade externa da economia brasileira.

O sócio-desenvolvimentismo aponta duas soluções para a diminuição dessa restrição. A primeira diz respeito à produtividade. No caso, argumenta-se que a política social, principalmente quanto a ampliação das habilidades, capacidades e

inclusão produtiva da população, é também, um elemento central para o aumento da inovação e produtividade do trabalho, fatores decisivos para o crescimento econômico.

Vale ressaltar que a maior produtividade, além de facilitar a elevação dos salários e a queda da pobreza, também pode significar melhor distribuição de renda com queda da desigualdade, reforçando o consumo de massa.

A segunda e principal solução vem da política cambial e tem um forte caráter de curto prazo. No caso, ela permite às indústrias nacionais se aproveitarem do nível de tecnologia mundial. Assim, a taxa de câmbio em níveis apreciados torna possível a importação de capital, incorporando-se o progresso tecnológico mundial aos produtos nacionais.

Como foi argumentado na última seção, a diversificação setorial tem um importante papel na diminuição da restrição de inovação tecnológica, por meio do investimento público em infraestrutura e dos recursos naturais. Pois, esses podem através da produção e inovação de novos produtos e indústrias elevar o nível de progresso técnico .

3.2.2 Financiamento de longo prazo

O sócio-desenvolvimentismo levanta duas dificuldades que impedem a obtenção de *funding* para a consolidação do financiamento em longo prazo, ambas em relação ao fato do Real não ser conversível, devido a instabilidade inflacionária e cambial: i) a dificuldade brasileira de ter dinheiro, ou seja, a moeda oficial atuar como meio de pagamento, medida de valor e reserva de valor; e ii) a obtenção de crédito.

Dessa forma, Costa (2012) esclarece que a modalidade dominante de financiamento no Brasil é a “economia de endividamento bancário”, e que, não se conseguiu evoluir, suficientemente, a “economia de mercado de capitais”.

A instabilidade inflacionária e cambial provocam um cenário de insegurança, que dessa maneira, acarreta em grande volatilidade de capital. Dessa forma, o mercado financeiro utiliza as emissões de títulos de dívida pública para fornecer lastro para aplicações financeiras, contrapondo-se, parcialmente, às fugas de capital para o ouro ou para as divisas estrangeiras.

Como resultado, evita-se a plena dolarização da economia, entretanto, a “economia de endividamento bancário” ganha mercado em relação aos títulos de dívida privada e dificultam a obtenção de *funding* interno adequado para financiamento de longo prazo por parte dos bancos nacionais privados.

Filho e Costa (2012) destacam que o principal fator a restringir o desenvolvimento do mercado de títulos corporativos de longo prazo ou “economia de mercado de capitais” tem sido a persistência das altas taxas de juros, tanto em termos reais, quanto nominais, aliado às condições de liquidez e indexação que prevalecem tanto para a dívida pública quanto para a privada.

3.3 Política social e desenvolvimento econômico

Entende-se que política social é o conjunto de programas e ações do Estado que se concretizam na garantia da oferta de bens e serviços, nas transferências de renda e regulação de elementos do mercado. A política social tem dois objetivos simultâneos: a *proteção social* e a *promoção social*, tendo como finalidade, dar resposta aos direitos sociais e a outras situações não incluídas nos direitos as quais dizem respeito às contingências, necessidades e riscos que afetam vários componentes das condições de vida da população, inclusive os relacionados à pobreza e à desigualdade (CASTRO, 2012).

A *proteção social* dos cidadãos manifesta-se na seguridade social que tem como ideia a solidariedade aos indivíduos, famílias e grupos em determinadas situações de dependência ou vulnerabilidade.

Já a *promoção social* é entendida como a resultante da geração de igualdades, oportunidades e resultados para indivíduos e/ou grupos sociais. O setor público tem papel de destaque na promoção social, suas decisões influenciam todo o desenvolvimento econômico do país, como no caso em que a geração de igualdade entre setores e todos os indivíduos está relacionada à expansão da oferta de bens e serviços sociais, enquanto bens que são providos pelo governo, como a escolarização e o acesso à saúde como elementos centrais na geração de habilidades e capacidades.

Para se alcançar o objetivo promoção social algumas políticas utilizam uma série de instrumentos com o intuito de garantir aos cidadãos oportunidades e

resultados mais amplos e igualitários de acesso aos recursos e benefícios adquiridos pela sociedade em seu percurso histórico.

Tais políticas compreendem um vasto espectro de ações que abarca desde a formação e desenvolvimento do cidadão – casos da educação, do acesso à cultura e das políticas de trabalho e renda que buscam a qualificação profissional e regulação do mercado de trabalho – até a democratização do acesso a ativos – como as políticas voltadas à agricultura familiar (acesso a crédito, extensão rural, reforma agrária), à economia solidária, à habitação, à mobilidade urbana.

Além das políticas mais tradicionais, desenvolvem-se uma série de políticas de corte transversal que podem ter caráter tanto de proteção quanto de promoção social, semelhante às ações voltada à igualdade de gênero e racial, assim como as destinadas especificamente às etapas do ciclo de vida, conforme as políticas voltadas para crianças, adolescentes e idosos.

A interação entre demanda agregada e política social ocorre quando o gasto público com as políticas sociais permite a ampliação do sistema de garantia de renda, enquanto elemento importante na geração de um determinado tipo de distribuição pessoal e funcional da renda e seu respectivo padrão de consumo dos indivíduos, famílias e grupos.

Em países com grave problema de concentração de renda, quanto maior o número de famílias de baixa renda agraciadas com benefícios sociais ofertados pelo governo, maior a capacidade de alteração do padrão, gerando a possibilidade de ampliação da demanda agregada, com capacidade de criar um amplo mercado interno de consumo.

4 UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS ESTRATÉGIAS NOVO E SÓCIO-DESENVOLVIMENTISTA

Neste capítulo será apresentado, a partir de uma perspectiva pós-keynesiana, um regime macroeconômico considerado ideal, levando-se em conta características gerais de uma economia aberta e em desenvolvimento.

Dessa forma, espera-se que seja possível definir se os regimes macroeconômicos propostos pelas estratégias novo e sócio-desenvolvimentista são consistentes e permitem que a dinâmica de crescimento seja alcançada, de forma que este seja sustentado no longo prazo.

4.1 O regime ideal de política macroeconômica

Um regime de política macroeconômica é um conjunto de políticas (externa, industrial, salarial, monetária e fiscal) que estão inseridas em um sistema financeiro e dentro de um quadro institucional.

Oreiro (2012) define que um regime para ser funcional deve ter duas características: i) a consistência entre as metas operacionais das diversas políticas macroeconômicas; eii) a sustentabilidade do padrão de crescimento econômico no longo prazo.

Considera-se, que cada estratégia de desenvolvimento apresentada possui um regime de políticas macroeconômicas que servem como meio para se alcançar as metas propostas.

Dessa forma, entende-se por consistência entre metas operacionais de política econômica a situação na qual a manipulação simultânea de todas as metas seja factível, de maneira a permitir a sustentação do crescimento no longo prazo propostos pelas estratégias.

A seguir será apresentado, com base em Oreiro (2012) e Kazantziska (2013), um modelo de regime macroeconômico ideal, pós-keynesiano, que leva em conta, situações e peculiaridades de uma economia aberta e em desenvolvimento.

4.1.1 Política Externa

A política externa é responsável por manter em equilíbrio o saldo das transações correntes, por meio de incentivos as exportações e diminuição da elasticidade renda das importações.

O estado deve voltar-se ao controle dos fluxos de capitais, de maneira que diminua a exposição externa da economia. Ou seja, a política externa deve assegurar a estabilidade da economia.

4.1.2 Política Industrial

A política industrial deve afirmar, fortalecer e ampliar o setor industrial, principalmente o de manufaturas. O setor público pode se concentrar em setores específicos ou prover a infraestrutura necessária para o investimento privado.

Outro papel de destaque para uma política industrial, é que essa seria responsável por dar suporte à política externa, provendo a infraestrutura para investimentos privados, aumentando a produtividade dos setores manufatureiros, por meio de P&D.

Além de melhorar a competitividade das empresas nacionais, bem como, os termos de troca e os saldos das exportações líquidas, esse último, com a finalidade de equilibrar as transações correntes.

4.1.3 Sistema Financeiro

À medida que a economia insere-se no setor financeiro, esse passa a ter um importante papel, de tal forma que o Estado deve procurar fortalecer o sistema financeiro, a fim de se evitar eventuais crises. No caso, os instrumentos utilizados deveriam ser as regulações dos atores financeiros, bem como a supervisão destes.

Um sistema financeiro compatível com o crescimento sustentando da economia procura prover financiamentos de baixo custo e longo prazo para o setor privado. Em outras palavras, o sistema financeiro deve promover uma política creditícia que sustente a política industrial e a política externa, bem como deve democratizar o acesso ao crédito a todos agentes nacionais.

O Banco Central tem um papel importante na matéria que trata de custos para o tomador de empréstimos, de tal forma que o mesmo deve procurar estabelecer baixas taxas de juros, em níveis que incentivem o crescimento do investimento autônomo.

4.1.4 Política Salarial

A política salarial tem importante papel para a estabilidade de preços e para a competitividade da economia no longo prazo. No caso, existe uma correlação entre o nível do salário real e o nível de inflação.

O importante a destacar é que a política salarial deve procurar manter a meta de inflação determinada pela autoridade monetária, no sentido de livrar a taxa de juros e a taxa de câmbio de suas funções de controle da inflação. Ao mesmo tempo, deve buscar uma meta de inflação em um patamar alto o suficiente para que se evite o risco de deflação, quando a economia é atingida por um choque desinflacionário, mas não tão alto a ponto de afetar negativamente o crescimento econômico.

A política ideal de salários deve ser compatível com a distribuição funcional da renda, assim como deve assegurar, um salário mínimo aos mais pobres. Deve, ainda, garantir que a taxa de crescimento do salário real seja igual ou muito próxima a do crescimento da produtividade do trabalho, mantendo assim, as condições necessárias tanto para a manutenção da competitividade da economia ao longo do tempo como para a sustentação do ritmo de crescimento dos gastos de consumo.

4.1.5 Política Monetária

A política monetária deve procurar manter a estabilidade do sistema financeiro, tendo como objetivo algumas metas operacionais, à exemplo da obtenção de uma taxa de inflação estável em médio e longo prazos, uma taxa de crescimento sustentável para o produto real e por último prover baixos custos de financiamento.

Existem alguns instrumentos que devem ser utilizados para se alcançar esses objetivos, como a taxa de juros e os instrumentos criados para o setor e atores monetários com fins de regulação, estabilidade e financiamento, como é o caso dos

depósitos compulsórios, os controles de capitais e os requerimentos de capital próprio sobre os ativos mantidos pelos bancos comerciais.

Dessa forma, a autoridade monetária poderá suavizar as flutuações do nível de atividade econômica, além de estabilizar o crescimento das operações de crédito bancário, evitando o surgimento e a propagação de bolhas especulativas, bem como, irá controlar o endividamento externo do sistema financeiro, por meio do controle de capitais. Esse controle do sistema financeiro via política monetária permite a criação de um cenário macroeconômico estável propício a novos investimentos.

Por fim, a autoridade monetária na busca de maiores taxas de crescimento, deve procurar reduzir a taxa de juros a patamares bem abaixo do retorno do capital, no intuito de incentivar o investimento privado produtivo e reduzir a alocação dos investimentos especulativos.

4.1.6 Política Fiscal

A política fiscal deve estabilizar o nível de atividade econômica, ou seja, deve garantir a sustentabilidade da demanda agregada. O uso da política fiscal para alçar o crescimento não é compatível com o equilíbrio intertemporal do balanço de pagamentos, devendo estar seu papel limitado à manutenção do nível de atividade econômica.

Ao ter como meta a manutenção do nível de atividade econômica, conclui-se que a política fiscal em certas situações deve ser utilizada. Por exemplo, pode a mesma atuar como instrumento de redução da desigualdade da renda, por meio da política tributária.

Além da política anticíclica, que deve ser utilizada para equilibrar a atividade econômica em casos de choques positivos ou negativos de demanda. Para essa finalidade as políticas anticíclicas podem contar com dois instrumentos: O primeiro, trata-se dos estabilizadores automáticos, e o segundo, dos gastos públicos em investimentos em infraestrutura.

4.1.7 Política Cambial

A política cambial deve ser observada à medida que esta pode influenciar na especialização da indústria, através do nível da taxa de câmbio, que quando mantida em patamares apreciados pode induzir a transferência de atividades produtivas para o exterior, ou seja, pode levar o país a sofrer uma desindustrialização precoce. Decorre daí que a taxa de câmbio deve ser mantida em níveis competitivos.

Deve-se atentar para a valorização cíclica da taxa de câmbio decorrentes de rendas ricardianas e capitais estrangeiros. Dessa forma, a política cambial, em suas funções, procura controlar os influxos de capitais, bem como, quando necessário, impor tarifas a setores geradores de doença holandesa.

Uma política cambial coerente com o crescimento sustentando de longo prazo não deve permitir sua utilização como instrumento de valorização do salarial real, além de que o patamar da taxa de câmbio deve ser consistente com um saldo equilibrado de transações correntes.

4.2 Consistência do regime macroeconômico

4.2.1 Novo-desenvolvimentismo

A questão mais rígida na política econômica brasileira é a inflacionária. Nessa matéria, o novo-desenvolvimentismo propõe uma maior coordenação entre as políticas fiscais e monetárias, que por meio da definição de superávits em conta corrente, alcançaria a meta de inflação determinada pela autoridade monetária.

Assim, deixa-se livre a taxa de juros de sua função de âncora, o que permite que a mesma chegue a níveis baixos (próximas aos níveis internacionais), onde a política industrial pode se desenvolver, bem como, permite a redução do custo de crédito. Dessa forma, contribui-se para o controle da inflação por meio da expansão da oferta agregada, ao criar um ambiente propício a investimentos.

Ainda em relação à inflação, o mesmo defende uma política salarial que repasse os ganhos de produtividade para o salário mínimo real. Evita-se, dessa forma, crescimento nos preços decorrente de aumentos acima da taxa de incremento

da produtividade e problemas de insuficiência de demanda, que são gerados pela tendência de salários crescerem menos que a produtividade.

O principal a se destacar do repasse dos ganhos de produtividade para o nível de salário, é que esse permite a distribuição funcional da renda no longo prazo, de maneira que os empresários continuam satisfeitos com a taxa de lucro e os assalariados continuam aumentando a demanda interna de acordo com o crescimento da produtividade. Ou seja, a distribuição funcional da renda permite que o investimento privado continue a sustentar a dinâmica de crescimento.

A política cambial não é ferramenta de valorização do salário real, o que permite o uso da taxa de câmbio para incentivar a demanda externa. Tal fato possibilita a ativação do crescimento puxado pela exportação. Além disso, a política cambial procura controlar a entrada e saída dos fluxos de capital, no intuito de manter a economia e a taxa de câmbio estabilizadas.

Ao procurar neutralizar a doença holandesa permite-se que a taxa de câmbio se estabeleça no equilíbrio industrial, dessa maneira, evita-se a especialização regressiva e a reprimarização das exportações. Contribui-se, também, para a melhora da elasticidade-renda das exportações e importações.

A política fiscal também é consistente, não deve ser deficitária e ressalta o papel do investimento público em prover a infraestrutura básica para que o setor privado desenvolva suas atividades, bem como, defende o uso de políticas anticíclicas, caso seja necessário.

No que tange à política externa, busca-se diminuir a vulnerabilidade externa. Primeiro, por meio do efeito decorrente da política de exportações manter-se-ia o saldo positivo na balança comercial, que contribui para a melhora do saldo em transações correntes. Segundo, o controle de capitais ao se manter a taxa de câmbio dentro de um intervalo determinado pela autoridade monetária. Terceiro, as reservas cambiais, que permitem suavizar as flutuações do câmbio. Quarto, a diminuição da dívida externa.

Por fim, o setor financeiro e o papel do estado parecem corroborar com a estabilidade macroeconômica, fortemente defendida pela estratégia novo-desenvolvimentista ao procurar assegurar a estabilidade dos preços macro.

Confrontando essas diretrizes centrais das políticas macroeconômicas do novo-desenvolvimentismo com o regime macroeconômico ideal apresentado no início deste capítulo, conclui-se que esta estratégia de desenvolvimento possui políticas macroeconômicas que são capazes de sustentar o crescimento no longo prazo.

Mais importante que isso, a política cambial e salarial permitem que o crescimento seja compatível com a neutralização da tendência a sobreapreciação taxa de câmbio e com a distribuição funcional da renda.

4.2.2 Sócio-desenvolvimentismo

Esta estratégia, apesar do seu caráter inovador em relação ao papel da distribuição de renda e do destaque dado ao papel da demanda interna, não caracteriza um modelo consistente de regime macroeconômico dentro da perspectiva pós-keynesiana apresentada.

Encontram-se vários problemas em suas propostas, principalmente no que se refere à política salarial. Ao permitir aumentos no salário mínimo acima da produtividade, provoca-se efeitos perversos, como pressão inflacionária e diminuição do crescimento no longo prazo. A diminuição se dá, à medida que os aumentos salariais entram em conflito com a taxa de lucro dos empresários, o que no longo prazo resultará em uma menor taxa de investimento, que por sua vez, em queda do crescimento econômico. Ou seja, a política salarial impede que o crescimento seja compatível com a distribuição funcional da renda.

A política salarial é usada de maneira a se priorizar a distribuição de renda, por intermédio do aumento do piso salarial acima da produtividade. Dessa forma, fica a cargo da taxa de câmbio e de juros o controle da inflação.

A inconsistência se encontra nos efeitos que a taxa de câmbio tem sobre a indústria e elasticidade-renda das exportações e importações, que terminam por criar desequilíbrios no balanço de pagamentos. Enquanto a de juros, reside nos menores níveis de investimento privado, devido alto custo de financiamentos.

A política cambial sócio-desenvolvimentista é voltada para a defesa do valor real do salário mínimo e do controle da inflação, o que implica em manter o câmbio

apreciado, dessa maneira, entrando em conflito com a política industrial e com a política externa ao contribuir para o déficit na conta corrente.

Dessa forma, a política cambial e externa ao não procurar neutralizar a doença holandesa acaba por tornar o modelo incompatível com a neutralização da tendência à sobreapreciação cíclica da taxa de Câmbio.

O papel do controle da inflação fica, principalmente, a cargo da política monetária, que apesar de garantir estabilidade, mantém as taxas básicas em níveis elevados para a contenção dos preços. A política monetária vai contra a política industrial e a restrição de financiamento. Dessa forma, não se permite a diminuição das taxas de captação de empréstimos necessárias para a sustentação do crescimento a longo prazo.

O sistema financeiro, por sua vez, apresenta uma forte política direcionada a democratização do crédito, porém esbarra nas altas taxas de juros. Não se acha, menção ao importante controle de capitais e sua volatilidade, essencial a estabilização do setor. Já a política fiscal mantém o equilíbrio de suas contas e é amplamente utilizada para a redução da desigualdade da renda, por meio de transferências sociais.

A corrente sócio-desenvolvimentista apresenta grave incoerência com as políticas monetária, cambial e salarial, o que impossibilita a consistência de suas políticas para desenvolver o Brasil no longo prazo. No caso, o regime macroeconômico torna incompatível o crescimento com a distribuição funcional da renda e com a neutralização da tendência à sobreapreciação da taxa de câmbio.

4.3 Sustentabilidade do crescimento no longo prazo

4.3.1 Novo-desenvolvimentismo

O crescimento das exportações líquidas permite uma elevada taxa de expansão do produto real. Esse aumento da demanda agregada permite o crescimento do progresso técnico e da produtividade do trabalho, por meio do investimento induzido pela demanda agregada, que termina em alterar a elasticidade-renda das exportações e importações.

Esses ganhos de progresso tecnológico, aliado a taxa de câmbio em nível competitivo reforça o crescimento do progresso técnico ao induzir uma mudança na elasticidade-renda das exportações e importações, bem como, permite uma melhora nas exportações líquidas. Dessa forma, o progresso tecnológico mais a taxa de câmbio no mínimo em equilíbrio corrente permitem que o crescimento seja compatível com o equilíbrio do balanço de pagamentos.

Por sua vez, a indução do investimento determina a capacidade produtiva, que deixa de ser uma restrição e passa a ser função da demanda agregada. Dessa maneira, não só aumenta a capacidade de oferta do país, como viabiliza um crescimento não inflacionário, o que contribui para a liberação da taxa de juros de seu papel no controle de preços.

A estratégia novo-desenvolvimentista propõe que o Estado deve manter a estabilidade macroeconômica. Pois, num contexto de taxa de câmbio real competitiva e juros reais baixos e estáveis, os empresários serão induzidos a realizar grandes investimentos na ampliação e modernização da capacidade produtiva. O que reforça a utilização normal da capacidade produtiva.

O crescimento puxado pelas exportações depende da renda internacional, dessa forma, em momentos de retração da demanda mundial, a estratégia novo-desenvolvimentista propõe a utilização de políticas anticíclicas, bem como, reconhece a relevância do mercado interno.

Esta análise mostra que o crescimento puxado pela demanda agregada, tem por fator autônomo as exportações, que por sua vez, torna possível o crescimento com o equilíbrio do balanço de pagamento e da utilização normal da capacidade, dessa forma.

4.3.2 Sócio-desenvolvimentismo

O crescimento puxado pela demanda interna não é capaz de gerar um componente independente do nível de renda e produto, o que torna insustentável o crescimento no longo prazo. Por isso, deve-se identificar as propostas sócio desenvolvimentistas que inviabilizam a sua continuação.

Por exemplo, Carneiro (2010) identificou no final do governo Lula certo esgotamento do potencial de expansão da participação do gasto social no total do

gasto público e do PIB, da elevação do salário mínimo real e do crédito ao consumidor, prevendo seu crescimento a um ritmo que passaria a acompanhar, mais que liderar o crescimento econômico.

Dessa forma, torna-se evidente que efeitos dinâmicos iniciais, oriundos da fase de criação ou forte expansão de políticas redistributivas, a exemplo das transferências com gastos sociais, possam ser repetidos indefinidamente, sustentando a longo prazo a estratégia de desenvolvimento. Isso exigiria grau de liberdade inexistente no orçamento fiscal e da seguridade social, eventualmente levar-se-ia à disputa por recursos.

O reconhecimento do problema de financiamento a longo prazo é de extrema importância. Nesse sentido, dado o diagnóstico que no Brasil predomina a “economia de endividamento bancário”, as políticas voltadas a democratização do crédito colaboram para melhorar esse quadro de alto custo e difícil acesso a empréstimos.

Porém, a inconsistência de suas políticas não permitem uma solução no longo prazo. Principalmente por manter altas taxas de juros, que eleva o custo de financiamento a longo prazo. Além, do que o financiamento a longo prazo não constitui uma restrição ao crescimento. Pois, o investimento não necessita de poupança prévia e esta pode ser induzida pelo crescimento da demanda agregada.

No que se trata da taxa de juros, os altos patamares observados impedem que a economia continue no ciclo de crescimento proposto pela estratégia, de forma que os empresários deixarão de ser induzidos a investir em resposta ao aumento da demanda interna.

A política cambial traz outra barreira a ativação do investimento privado (componente proposto como autônomo pela estratégia) por meio do consumo de massa. Os sócio-desenvolvimentistas tendem a manter o real em níveis apreciados o que, já se sabe, leva a constante regressão do setor industrial do país, diminuindo-se as oportunidades de investimentos lucrativos no futuro por causa da perda de competitividade.

Outro efeito cruel surge da destruição industrial, o consumo de massa passa a ser direcionado para produtos importados, perdendo sua dinâmica como indutor do crescimento.

Dessa forma, a alta taxa de juros, o câmbio apreciado e a especialização regressiva acabam por piorar a elasticidade-renda das exportações e importações, de maneira a reduzir as exportações líquidas. Com a menor expectativa de demanda, os empresários são induzidos a reduzir o nível de investimento, o que reduz a oferta de fatores de produção. Dessa maneira, o sócio-desenvolvimentismo deixa de cumprir os requisitos de utilização normal da capacidade produtiva e equilíbrio no balanço de pagamentos.

5 Conclusão

Ao longo deste trabalho procurou-se apresentar as estratégias novo e sócio-desenvolvimentistas que têm por objetivo promover o crescimento do Brasil, de forma a alcançar o nível de renda e desenvolvimento dos países do primeiro mundo.

Para tanto, o segundo capítulo foi dedicado a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento que é a matriz teórica do novo-desenvolvimentismo. Enquanto no segundo capítulo procurou-se sintetizar os principais pontos teóricos da estratégia sócio-desenvolvimentista.

Apresentadas as duas estratégias, partiu-se para o objetivo proposto para o trabalho, que é verificar se os modelos propõem e permitem um crescimento sustentado no longo prazo.

Em relação ao sócio-desenvolvimentismo, conclui-se que este não permite um crescimento sustentado no longo prazo. No caso, a análise da consistência do regime macroeconômico mostra que ele não é compatível com a distribuição funcional da renda e com a neutralização da doença holandesa, bem como, a proposta de crescimento não é compatível com a utilização normal da capacidade produtiva e, principalmente, do equilíbrio do balanço de pagamentos.

A outra estratégia analisada foi o novo-desenvolvimentismo, que garante um regime macroeconômico consistente, onde se mantém a estabilidade da economia, ambiente indutor de investimentos.

Vale destacar a política salarial de repasses dos ganhos de produtividade para os salários, o que permite o controle inflacionário e sustentação da demanda interna. Com efeito, deixa-se livre as políticas monetárias e cambial para induzirem o investimento privado.

O nível da taxa de câmbio proposto, em equilíbrio industrial, é capaz de induzir: i) a melhora da elasticidade-renda das exportações e importações; ii) o aumento da capacidade produtiva; iii) a distribuição funcional da renda; iv) o investimento e a taxa de poupança. Além de ser capaz de evitar a desindustrialização e reprimarização das exportações.

Por fim, no novo-desenvolvimentismo, as exportações e a taxa de câmbio em equilíbrio industrial são capazes de proporcionar um ciclo longo e virtuoso do

crescimento compatível com o equilíbrio no balanço de pagamentos, a utilização normal da capacidade, a distribuição funcional da renda e a neutralização da sobreapreciação cíclica da taxa de câmbio. Dessa forma, pode ser capaz de gerar as mudanças estruturais necessárias para que o Brasil alcance o nível de desenvolvimento dos países de alta renda.

Referências bibliográficas

BASTOS, P. P. Z. **A economia política do novo desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo**, *Economia e Sociedade*, v. 21, n. especial, pp. 779-810, 2012.

BIELSCHOWSKY, R. **Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual**, *Economia e Sociedade*, v. 21, n. especial, pp. 729-747, 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional**, *São Paulo em Perspectiva*, v. 20, n.3, pp. 5-24, 2006.

_____. **The Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach**, *Revista de Economia Política*, v. 28, n.1, pp. 47-71, 2008.

_____. **A tendência à sobreapreciação da taxa de câmbio**, *Econômica*, v. 11, n. 01, pp. 07-30, 2009.

_____. **A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento**, *Estudos Avançados*, v. 26, n. 75, pp. 07-28, 2012.

BRESSER-PEREIRA, L. C; GALA, P. **Macroeconomia Estruturalista do desenvolvimento**, *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 04(120), pp. 663-686, 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; OREIRO, J. L.; MARCONI, N. **A theoretical framework for a structuralist development macroeconomics**, paper apresentado na 9th international conference developments in economic, University of Bilbao, Espanha, 2012.

CARNEIRO, R. M. **Velhos e novos desenvolvimentismos**, *Economia e Sociedade*, v. 21, n. especial, pp. 749-778, 2012.

_____. **O desenvolvimento brasileiro pós-crise financeira: Oportunidades e riscos**, Observatório da economia global, textos avulsos, n.4, 2010. Disponível em <<http://www.centrocelsofurtado.com.br/arquivos/image/201108311439510.CARNEIRO1.pdf>> Acesso em 17 de maio de 2013.

CASTRO, J. A. **Política Social e desenvolvimento no Brasil**, *Economia e Sociedade*, v. 21, n. especial, pp. 1011-1042, 2012.

COSTA, F. N. **Desenvolvimento do desenvolvimentismo: do social utópico ao social-desenvolvimentismo**, Texto para discussão, Instituto de Economia, Unicamp, 2012.

FILHO, E. T. T.; COSTA, F. N. **BNDES e o financiamento do desenvolvimento**, *Economia e Sociedade*, v. 21, n. especial, pp. 975-1009, 2012.

FREITAS, F. **O modelo Kaldoriano de crescimento liderado pelas exportações**, Anais do XXXI Encontro Nacional de Economia - Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, 2003. Disponível em <<http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/A35.pdf>> Acesso em 07 de julho de 2013.

GALA,P. **Real Exchange rate levels and economic development: Theoretical analysis and empirical evidence**, *Cambridge Journal of Economics*, v. 32(2), p. 273-288, 2008.

KAZANDZISKA, M. **Macroeconomic policy regimes in emerging market candidates for a currency union: The case of Latvia**, Institute for international political economy Berlin, working paper, n. 21, 2013. Disponível em <http://www.ipe-berlin.org/fileadmin/downloads/working_paper/ipe_working_paper_21.pdf> Acesso em 28 de maio de 2013.

MATTEI, L. **Gênese e agenda do novo desenvolvimentismo brasileiro**,in: IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <<http://www.ppge.ufrgs.br/akb/encontros/2011/10.pdf>> Acesso em 10 de abril de 2013.

OREIRO,J.L.C. **Novo Desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica**, *Estudos Avançados*, v. 26 (75), 2012.

OREIRO, J. L.; PAULA, L. F. **Uma agenda de reformas macroeconômicas para o crescimento sustentado com estabilidade de preços e equidade social**, *Economia & Tecnologia*, v. 20, pp. 5-20, 2010.

OREIRO, J. L.; NAKABASHI, L.; SOUZA, G. J. G. **A economia brasileira puxada pela demanda agregada**, *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 4(120), p. 581-603, 2010.

SERRANO, F.; SUMMA, R. **Política macroeconômica, crescimento e distribuição de renda na economia brasileira dos anos 2000**, Observatório da economia global, textos avulsos, n. 06, 2011. Disponível em <http://www.iececon.net/arquivos/OBSERVATORIO_6.pdf> Acesso em 17 de maio de 2013.

SICSÚ,J.; DE PAULA, L.F.; MICHEL, RENAUT. **Por que novo-desenvolvimentismo?**, *Revista de Economia Política*, v. 27, nº 4(108), p. 507-524, 2007.

THIRLWALL, A. P. **The balance of payments constraint as an explanation of international growth rate differences**, *PSL Quarterly Review*, v. 64, n. 259, p. 429-438, 2011.